SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

01/07/2015 - Telesíntese

Concessionárias continuam a perder linhas fixas e fone de R$ 15 não deslancha

A Anatel divulgou a base de telefonia fixa do mês maio, que apresentou um pequeno decréscimo em relação ao mês se abril. Foram 44,86 milhões de linhas em serviço, contra 44,955 milhões de abril. As vendas as empresas autorizadas - como NET, GVT e BT- aumentaram, mas a perda de clientes das concessionárias foi maior.

O Brasil fechou o mês de maio com 44,86 milhões de linhas fixas em serviço. Queda em relação ao mês anterior, embora as operadoras autorizadas, como NET, GVT ou BT – tenham aumentado as suas vendas. Mas as concessionárias perderam mais. As autorizadas tinham em março 18,28 milhões de clientes e as concessionárias apresentavam o número de 26,58 milhões. Em abril este número era de 18,252 milhões e 26,703 milhões.

O telefone popular – Aice – que tem assinatura de R$15,00 e deve ser comercializado para as famílias cadastradas no Bolsa Família continua com um desempenho bem fraco.Conforme a agência, eram 171 mil linhas em serviço em março, quase o mesmo número de abril. Ao valor desta assinatura, podem ser feitas até 90 minutos de ligações para telefone fixo por mês.

Entre as concessionárias, a Oi é a empresa com maior base de telefones fixos – 15,734 milhões – e entre as autorizadas, o grupo América Móvil lidera, com 11,795 milhões de linhas em funcionamento.

02/07/2015 - Instituto Telecom

Erro em cobrança de Telecom pode aumentar custo em até 8%, alerta especialista

Em tempos de crise econômica, o desafio de cortar custos está se tornando cada vez mais difícil quando se trata das contas de consumo. E no ambiente de telecomunicações, os obstáculos podem se tronar intransponíveis, caso o usuário tenha recursos adicionais para gerenciar as dezenas de contas dos serviços fixo e móvel, além dos links de dados.

Segundo Marcelo Prado, Diretor de Soluções da Tangoe, essa ausência na gestão das contas de telefonia pode gerar gastos adicionais de até 8%. “Auditando faturas de telefonia móvel já encontramos variações que chegaram a 12%”, alerta.

O problema, segundo ele, é generalizado e reside na complexidade do billing no Brasil. “Muitas vezes, a atualização de contratos com novas tarifas e pacotes não acontece em tempo real no sistema das operadoras”, explica.

A Tangoe oferece soluções e serviços de gestão de custo de conexões, segurança e mobilidade corporativa. Há pouco mais de um ano, a empresa lançou uma solução de gestão de custos de recursos de TI, como cloud computing e também M2M (machine-to-machine).

SINTTEL·ES
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo
FENATTEL CUT Brasil
Resumo de Notícias
Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

01/07/2015 - Instituto Telecom

Metade dos brasileiros concentra 85% das conexões de banda larga fixa

Com a oferta de serviços extremamente concentrada em grandes centros, especialmente no Sudeste, um dos próximos desafios do governo será promover a universalização da banda larga, que só chega à metade mais abastada da população. De acordo com dados da Anatel e do IBGE analisados pela consultoria Ovum e apresentados nesta quarta-feira, 1º, durante o Broadband Latin America, em São Paulo, 53% dos habitantes são assinantes de 85% dos acessos de banda larga. A concentração fica mais evidente se considerado que essa parcela representa 71% do PIB brasileiro. Em outras palavras: 42 milhões de pessoas no Brasil não possuem acesso a nenhum tipo de banda larga fixa.

Para o CEO da Live TIM, Flávio Lang, a estratégia precisa contemplar a competição. Ele afirma que o mercado brasileiro de banda larga surgiu com base em ofertas de combo com telefonia e TV, elevando o preço inicial e dificultando a oferta em lugares mais distantes. "Quem poderia fazer o trabalho de melhorar a infraestrutura, a incumbent nacional (a Oi), entrou em situação financeira mais complicada", explica. Para ele, a saída é oferecer um equilíbrio entre o custo para o cliente, o apoio com políticas governamentais e o investimento privado nas regiões mais afastadas.

O diretor de negócios com operadoras da Algar Telecom, Marcelo Nunes, acredita que o problema precisa ser melhor endereçado. Ele cita dificuldades no cumprimento dos compromissos de cobertura das áreas rurais obtidos com o leilão da faixa de 2,5 GHz, em especial com o uso da faixa de 450 MHz. "As condições e preços que estão sendo discutidas para operadoras usarem essa frequência (de 450 MHz) não são viáveis para o cliente final", determinou.

Do ponto de vista do gerente geral da regional da Anatel, Sandro Almeida Ramos, a queixa do executivo da Algar se trata apenas do "mercado privado se defendo". Ele explica que a agência inclusive está fiscalizando o cumprimento das metas para 450 MHz: as operadoras precisam entregar 100% dos municípios até o final do ano.

Internacional

A experiência no Caribe revela ainda mais desafios para a penetração da banda larga, de acordo com o CEO da agência reguladora de San Martin, o Bureau Telecommunications and Post St. Marteen, Giovanni King. Para atender as 32 ilhas da região, é necessário cooperação para instalar cabos submarinos, deixando a competição prover a conectividade, gerando retorno de investimento. "É preciso o compartilhamento de infraestrutura de telecomunicações e até de utilities para compartilhar fibra escura, tornando a infra mais acessível", disse. King afirma que atualmente, os provedores atendem a cerca de 15 mil residências e 7 mil negócios em San Martin com uma banda larga de 8 Mbps que custa US$ 200.

Na opinião do ex-presidente da Osiptel Peru, Edwin San Roman, o importante é reconhecer que há demanda nas regiões mais afastadas. Ele cita o caso de uma pequena cidade no interior peruano, a 200 km de Cusco. "Talvez possamos achar um jeito para implantar a fibra até lá, dando acesso mais barato", considera. "Mesmo em áreas rurais há instituições e pessoas que podem pagar pela Internet", diz.

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

01/07/2015 - Telesíntese

Minicom aprova R$ 22,3 milhões de investimento da Oi no REPNBL

O Ministério das Comunicações aprovou hoje, 1, vários projetos da Oi de investimentos em redes ópticas com a isenção de imposto do REPNBL -Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações.

Os projetos são para a construção de redes de acesso e de transporte óticos. As cidades contempladas com redes de acesso são as seguintes: Manaus (R$ 2,8 milhões); Palmas (R$ 465 m il); Teresina (R$ 1,34 milhões); Natal (R$ 2,3 milhões). As redes de trasporte terão as seguintes rotas: Jaguarão a Pelotas (R4 5,4 milhões); Chapadão, São Gabriel do Oeste (R$ 9,8 milhões); Aracuai, Itaobim (R$ 3,7 milhões)

02/07/2015 - Vermelho

Pará e São Paulo recebem moradias do Minha Casa, Minha Vida

Nesta semana, mais de três mil famílias, com renda familiar mensal de até R$ 1,6 mil, dos estados de São Paulo e do Pará, conquistaram o sonho de ter a casa própria.

Em dois dias, São Paulo recebeu 680 unidades habitacionais e o Pará, 2.352. Meta é construir três milhões de moradias até 2018Em dois dias, São Paulo recebeu 680 unidades habitacionais e o Pará, 2.352. Meta é construir três milhões de moradias até 2018 Nesta terça-feira (30) o estado do Pará recebeu 2.352 unidades habitacionais. Do total, 1.352 moradias do Residencial João Mota, na cidade de Bragança e 1.000 moradias do Residencial Wirland Freire, em Itaituba. Cerca de 10 mil pessoas serão beneficiadas com as novas moradias.

Em Bragança, foram investidos cerca de R$ 70,3 milhões, e cada imóvel conta com área útil de 36,19 m². Há ainda 41 unidades adaptadas a pessoas com deficiência. Estima-se que 5.408 pessoas sejam beneficiadas com a casa própria.

Já em Itaituba, o Programa Minha Casa Minha Vida destinou R$ 51,9 milhões para cada unidade que tem área útil de 40,02 m². Todas as unidades são adaptadas a pessoas com deficiência. Estima-se que 4.000 pessoas sejam beneficiadas com esses imóveis.

Os dois empreendimentos possuem infraestrutura completa com água, esgoto, drenagem, energia elétrica, iluminação pública, pavimentação e urbanização.

São Paulo

Em São Paulo foram entregues 680 unidades, sendo que 19 estão preparadas para pessoas com deficiências. Além dos 45 m² de área construída, cada casa ocupa um terreno com 160 m² no Bairro Jardim Aeroporto.

Segundo o Ministério das Cidades, o Minha Casa Minha Vida já entregou 403 mil moradias no estado de São Paulo, 2,4 mil casas e apartamentos apenas em Araras.

Casa própria

O programa Minha Casa Minha foi lançado em março de 2009 pelo governo federal para permitir o acesso à casa própria para famílias de baixa renda. Além do objetivo social, o programa gerou emprego e renda, nos últimos anos, por meio do incremento da cadeia produtiva do setor da construção civil.

O Programa subsidia a aquisição da casa/apartamento próprio para famílias com renda até R$ 1,6 mil e, facilita as condições de acesso ao imóvel para famílias com renda até R$ 5 mil.

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

01/07/2015 - RBA

Número de processos julgados no TST soma quase 148 mil no 1º semestre

Segundo o tribunal, houve crescimento de 19% em relação a igual período de 2014

Em todo o ano passado, o tribunal recebeu 309.033 ações, 2,6% a mais do que em 2013

São Paulo – O Tribunal Superior do Trabalho (TST) julgou 147.774 processos no primeiro semestre, crescimento de 19% em relação a igual período do ano passado. O anúncio foi feito hoje (1º) pelo presidente do TST, ministro Barros Levenhagen.

De acordo com o tribunal, foram recebidas 146.269 ações, redução de 6,3%, e distribuídas 98.680, queda de 6,9%. Com isso, o resíduo de processos caiu 8,2% ante os seis primeiros meses de 2014.

Em todo o ano passado, o tribunal recebeu 309.033 ações, 2,6% a mais do que em 2013. O total de processos julgados cresceu 12,2%, para 284.586. Em 31 de dezembro, havia 297.037 processos em tramitação no TST, um aumento de 11,9%. Um dado de relatório do tribuna mostra que 64% das ações julgadas foram agravos de instrumento, recursos que muitas vezes são vistos como mera protelação.

01/07/2015 - RBA

Dieese exalta redução do endividamento das famílias, mas alerta para juros altos

Percentual de endividamento das famílias brasileiras ficou em junho em 62%, ante 62,4% no mês anterior

Em sua coluna para a Rádio Brasil Atual, o diretor técnico do Dieese, Clemente Ganz Lúcio, destaca hoje (1º) a redução no percentual de endividamento das famílias brasileiras, fato que segundo ele ocorre pela primeira vez em quatro meses, mesmo com a economia do país desaquecida. "Ainda com condições adversas da economia, a população continua cumprindo com o pagamento de seus compromissos e houve um leve recuo", aponta. "Este é um resultado importante porque mostra de alguma maneira que as famílias conseguem organizar seus orçamentos."

O percentual de endividamento das famílias brasileiras passou de 62,4% em maio para 62% em junho. No mesmo mês do ano passado, a porcentagem atingiu 62,5%. Os dados são da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC).

O diretor técnico enfatiza a necessidade de atenção aos juros quando for realizar um parcelamento ou solicitar um empréstimo. "É bom ficar atento para as taxas. Por exemplo, se estiver usando cartão de crédito, ele tem uma taxa de juros embutida de até 70%. Já no cheque especial, a taxa é um escândalo: até 300% ao ano."

Clemente classifica as taxas de juros como "extorsivas". "Os juros retiram boa parte da renda do trabalhador. Ele está fora do contexto internacional, onde as taxas são muito menores. Isso faz com que este endividamento das famílias fique mais comprometido, justamente pela capacidade que o sistema financeiro tem de retirar renda do trabalhador."

Para reduzir o endividamento familiar, Clemente recorda a questão econômica do país. "Do ponto de vista macroeconômico, a manutenção de empregos é fundamental para que o comportamento de redução seja preservado. Por isso, nós insistimos na importância de termos crescimento econômico como condição para a produção de bem-estar e qualidade de vida", diz.

SINTTEL·ES
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo
FENATTEL CUT Brasil
Resumo de Notícias
Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

01/07/2015 - Carta Maior

Terceirização e desinformação

A tentativa de fazer prevalecer determinado ponto de vista no debate da terceirização tem ferido o direito da sociedade à informação verdadeira.

O projeto de lei sobre a terceirização tem sido revelador a respeito da qualidade do debate público no país sobre temas de grande relevância. Nota-se com clareza a tentativa de determinados setores de conduzir o assunto para criar uma Grande Verdade, um suposto consenso dos "especialistas" de sempre: o projeto de lei é a modernidade, o resto é o atraso.

É preciso lembrar, porém, que são princípios fundamentais em nossa sociedade a liberdade de expressão e o direito à informação, que exigem que a livre expressão sejaassegurada em toda a sua pluralidade, dando-se voz aos diferentes segmentos da sociedade, e, também, que seja respeitado o direito fundamental da sociedade à informação verdadeira.

A tentativa de fazer prevalecer determinado ponto de vista no debate da terceirização, com todo o aporte econômico-financeiro a ele assegurado, tem em alguns casos tangenciado os limites do direito da sociedade à informação verdadeira, bem como a ampla e plural liberdade de expressão.

Determinadas notícias, opiniões e editoriais publicados em alguns veículos de comunicação apresentam inconsistências que recomendam algum reparo ou complementação e, no conjunto, revelam que é preciso ampliar os limites da discussão e melhorar a qualidade do debate sobre o tema. Afinal, como já dizia um conhecido anúncio publicitário de um grande jornal (que aliás defende o projeto de lei em seus editoriais), dá para contar um monte de mentiras dizendo somente a verdade.

Notícia publicada pelo Jornal o Globo, em 08 de abril deste ano, é um exemplo disso. Segundo os repórteres, "o projeto de lei que libera a terceirização para qualquer atividade [...] traz um consenso difícil na área trabalhista. Tanto os que defendem mais regulação quanto os que defendem menos veem o projeto como um avanço[...]. A lista inclui empresários e especialistas".

Na verdade, diversos professores universitários e pesquisadores se manifestaram publicamente contra o projeto. Muitos membros da magistratura trabalhista e do Ministério Público do Trabalho, assim como as respectivas associações nacionais, expuseram os perigos da sua aprovação e o retrocesso social que representaria. Alguns sindicatos de trabalhadores realizaram protestos. Ou seja, a realidade não poderia ser mais distinta de um "consenso" na área trabalhista quanto ao projeto representar um suposto "avanço".

Já Hélio Zylberstajn, em artigo publicado na Revista Época, sustenta: "Se assim é, por que tanta resistência à regulamentação? [...] O argumento principal é a tese de que a terceirização transformaria o mercado de trabalho em uma selva. [...] O argumento é exagerado. Voltemos ao primeiro exemplo: dificilmente uma escola séria terceirizaria suas salas de aula".

Na última frase, o articulista usa o adjetivo séria, então, de certo modo, concordamos. O problema é que, "séria" ou não, não seria assim tão "difícil" uma instituição de ensino deixar de contratar seus professores como empregados: já há as que o façam, sendo as respectivas fraudes combatidas pelo Ministério Público do Trabalho, com condenações judiciais e inúmeras outras decisões no mesmo sentido em processos individuais.

Assim, não seria difícil, mas bastante provável até, que a autorização legislativa levasse sim diversas instituições de ensino a não contratarem professores como seus empregados. E não há porque pensar que o mesmo não ocorreria com outros profissionais que exercem atividades diretamente relacionadas à atividade principal deempresas de outros ramos.

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

Editorial da Folha de São Paulo, veiculado em 10 de abril, afirma: "Fica difícil enxergar [...] onde está a precarização. Mais que isso: ao modernizar e dinamizar o mercado de trabalho, o projeto votado pelos deputados contribuirá para aumentar a produtividade e, assim, expandir a criação de empregos."

Na realidade, fica bem fácil enxergar a precarização no cotidiano da Justiça do Trabalho quanto aos casos relacionados às "terceirizadas": salários atrasados, verbas rescisórias não pagas, condições de trabalho piores, acidentes... Um cenário compatível com o objetivo de externalização de custos e responsabilidades. Para quem não o vivencia, alguns dados do Dieese, amplamente divulgados, mostram que terceirizados trabalham mais horas, recebem menos e sofrem mais acidentes.

E o tal "aumento da produtividade"? Para José Fucs, em opinião publicada em blog no site da Revista Época, a terceirização, "além de reconhecer uma prática que se espalhou pelo setor produtivo, vai permitir a redução significativa dos custos trabalhistas, que minam o empreendedorismo, e o aumento da competitividade do Brasil na arena global".

O autor ajuda a compreender como se chegaria ao suposto resultado: com a redução significativa dos custos trabalhistas! E, se os custos em si (salário mínimo, encargos legais) permanecem os mesmos, é claro que essa redução se dará, na prática, com a diminuição de postos de trabalho ou de salários - muito provavelmente, de ambos - e, ainda, com a piora das condições de trabalho.

Do outro lado, os que criticam o projeto de lei, especialmente sindicalistas, frequentemente têm sido acusados de estarem apenas defendendo "privilégios". É evidente o esforço em tentar desqualificar o interlocutor e não as ideias. Seria como se eu me limitasse a dizer que os veículos de comunicação que defendem a liberação da terceirização o fazem apenas para defender seus privilégios, já que alguns foram flagrados pelo MPT e condenados pela Justiça pela prática de "pejotização", uma fraude aos contratos de trabalho.

Prefiro reconhecer o direito de todos de manifestar as respectivas opiniões e a legitimidade destas. Prefiro o debate de ideias, mas ele precisa ser justo, transparente e feito em igualdade de condições, com respeito, enfim, à liberdade de expressão e informação. A divergência de opiniões é salutar e inerente à vida em uma sociedade democrática, mas o debate público e a exposição dessas ideias pelos veículos de comunicação não podem ignorar outros pontos de vista - e, principalmente, os fatos.

SINTTEL·ES
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo
FENATTEL CUT Brasil
Resumo de Notícias
Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

26/06/2015 - Carta Maior

5 pontos para você entender como o sistema financeiro leva nossa economia para o buraco

Nunca teve uma aula sobre dinheiro? Neste artigo você pode entender como o sistema finnceiro, com seus juros altíssimos, faz vazar o seu bolso.

Quando foi a sua última aula sobre dinheiro? Há muito tempo? Mais precisamente nunca? Não se incomode, ninguém nunca teve uma única aula sobre dinheiro, a não ser que tivesse estudado economia, e ainda assim terá ficado na dimensão assexuada chamada elegantemente de Moeda. Eventualmente moeda e crédito. Mas não se preocupe, trata-se apenas do principal estruturador da sociedade: papéis ou sinais magnéticos que dão direito ao que o mundo produz. Não iríamos ensinar uma coisa destas na escola. O resultado prático é que muito poucos entendem do dinheiro, e a imensa maioria da população não entende como o sistema faz vazar o seu bolso. São processos modernos e sofisticados, hoje resumidos no conceito de financeirização.

A financeirização nos toca a todos e diretamente. As pessoas tendem a imaginar a complexidade da "alta finança", mas se trata prosaicamente da forma moderna de apropriação do produto por quem pouco ou nada produz. Com um patrão explorador se apropriando da mais valia era até mais simples.

Hoje é vital, para os equilíbrios da sociedade, que muito mais gente entenda os novos mecanismos. Daí a importância do exercício que Carta Maior vem desenvolvendo, no sentido de não só destrinchar o funcionamento dos sistemas financeiros, como de generalizar a sua compreensão.

No plano internacional temos avanços importantes, com os trabalhos do Piketty sobre a financeirização, a armadilha da dívida pública e a concentração da riqueza no planeta; os estudos da Tax Justice Network sobre os paraísos fiscais; da Global Financial Integrity sobre a finança ilegal; da Oxfam sobre a articulação da desigualdade de renda e da desigualdade de patrimônio acumulado; do Crédit Suisse sobre as grandes fortunas; do Instituto Federal Suiço de Pesquisa Tecnológica sobre a rede mundial de controle corporativo, e em particular dos grandes bancos. Não somos um caso isolado, fazemos parte de um processo mundial. É vital entendermos como se dão estes processos no Brasil.

Juros: Os números aqui são estarrecedores. No plano aparentemente mais prosaico dos crediários, encontramos por exemplo juros médios para "artigos do Lar" da ordem de 100%, quando o equivalente em redes comerciais europeias é de 13%. Aqui temos a opção do crédito consignado, buscando no banco para comprar à vista no comércio com juros da ordem de 25%, enquanto o equivalente na França é de 3,5% ao ano. Juntando as diversas modalidades de crédito ao consumidor, incluindo aqui o uso do cartão de crédito, constatamos um imenso dreno sobre a capacidade de compra do consumidor, por parte de intermediários. Segundo o Banco Central, em março de 2005 a família brasileira destinava 19,3% da sua renda ao pagamento de dívidas, enquanto em abril de 2015 destinava 46,5%.

Demanda: Impacto econômico? Quando a massa da população, que constitui os que mais compram a prazo, gasta quase a metade da sua renda para pagar dívida, naturalmente não irá estimular a economia com mais demanda. O principal motor da economia trava. E quando a demanda trava, mais ainda trava o investimento empresarial, pois suspende toda ideia de expansão, até o horizonte clarear. E como ademais os juros para pessoa jurídica são da ordem de quatro vezes maiores do que nos países concorrentes, o investimento também aqui fica travado. A demanda e o investimento são os dois principais motores da economia. Ambos são hoje em boa parte asfixiados, em que pesem os esforços do governo de fornecer alternativas.

Taxas de juros sobre a dívida pública: O terceiro motor é a atividade do setor público. A perda da imensa fonte de enriquecimento dos intermediários financeiros que era a hiperinflação foi compensada, a partir de 1996, com o sistema atualmente vigente de elevadas taxas de juros sobre a dívida pública. Os bancos, mas também muitos empresários produtivos, têm a alternativa de ganhar 13,75% sobre os títulos, com liquidez e garantia total, sem precisar se envolver no processo trabalhoso de identificar, financiar e seguir investimentos produtivos. Isto trava tanto a iniciativa dos bancos buscarem fomento da economia, como trava a capacidade do governo expandir investimentos em infraestruturas e políticas sociais, tão necessárias ao país. Como ordem de grandeza, são mais de 300 bilhões de reais drenados dos nossos impostos para intermediários financeiros.

Inflação: O grande argumento aqui é que se trata de proteger a população da inflação. O que é curioso pois na maioria das economias o equivalente da taxa Selic é da ordem de 1% ou menos, e no entanto a inflação é baixíssima. E se queremos reduzir a demanda para reduzir a pressão sobre os preços, isto já foi conseguido pelos mecanismos que vimos acima, tanto assim que as empresas estão com estoques acumulados. Paul Singer diz com bom senso que são os juros que estão inflando os preços ao consumidor. Mas encher os bolsos em nome de proteger o povo da inflação, frente ao desconhecimento geral dos mecanismos, funciona.

O resultado geral é esta situação curiosa de uma economia travada pelo lado da demanda, do investimento empresarial e do investimento público, com o PIB praticamente parado, mas lucros declarados dos bancos que aumentaram entre 20% e 30% em um ano. E estão pedindo mais.

Paraísos Fiscais: Para onde vai tanto dinheiro que lucram, sem financiar a economia, sem fomentar atividades econômicas que seria o papel maior dos intermediários financeiros? Aqui vem a dimensão internacional do processo, o nosso link com a financeirização mundial. O TJN mencionado estima em 519 bilhões de dólares, equivalentes a cerca de 28% do nosso PIB, o estoque de recursos que tem o Brasil em paraísos fiscais. Portanto não só não sem reinvestidos em termos produtivos, como são alocados de forma a não pagar impostos. Só em fraudes em notas fiscais no comércio internacional, as empresas situadas no Brasil drenam, segundo o GFI, cerca de 2% do PIB ao ano.

Abrimos aqui sumariamente este leque de mecanismos, para dar uma ideia da dimensão dos desafios. A iniciativa consiste em retomar os numerosos artigos que já foram apresentados em diversas etapas de discussão, organizando para o leitor um tipo de "dossiê" destinado a facilitar a compreensão de como a financeirização funciona no Brasil.